



Anais da Assembléia

Nº 88

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 07 DE AGOSTO DE 1981.

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 81ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 1981

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Cotrim e Quielse Crisóstomo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Eron-dy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur)— Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido em nossa Capital, da Senhora SEMIRA RUPPEL BITTENCOURT.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, se dê ciência à família enlutada, através do Senhor LOURIVAL RUPPEL BITTENCOURT, residente à Avenida Paraná nº 75, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje de um VOTO DE APLAUSO ao paranaense Eraldo Hortmann, que conquis-

tou o título de campeão masculino de florete no Torneio Nacional AFA de Esgrima, realizado recentemente em Pirassununga, Estado de São Paulo.

Solicita ainda o envio de cópia desta à direção do Círculo Militar do Paraná, clube a qual Eraldo Hortmann representou na disputa.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à direção da PARANATUR, sugerindo a adoção de uma programação específica de turismo para os saltos de Sete Quedas, localizados no Município de Guaíra e que desaparecerão após a formação do Lago Internacional de Itaipu.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Os saltos de Sete Quedas, localizados no Município de Guaíra, na região Oeste de nosso Estado, são reconhecidos internacionalmente como uma das maravilhas do mundo. Como prevê-se, a partir de 1983 o seu desaparecimento, com a formação do lago da Hidrelétrica de Itaipu, consideramos importante a adoção de uma vasta programação turística visando a atração de brasileiros e estrangeiros ao nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando as seguintes providências, com relação a Delegacia de Rolândia.

- 1— Designação com a máxima urgência de um Delegado de Carreira, eis que atualmente é um Suplente que está à frente da referida Delegacia;
- 2 — Mais viaturas bem como, melhorias nas atuais inclusive pneus e gasolina;
- 3 — Designação de mais policiais civis de uma vez que atualmente somente um (motorista policial) presta serviços naquela repartição.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

Recentemente estive em visita à Cidade de Rolândia. Ao participar de um programa de rádio na referida cidade fui informado, não só pelo seu apresentador, o Dr. Johnny Lehman, como também por pessoas que ouviram a minha entrevista, que a cidade está entregue à toda sorte de crimes. Muitos furtos e roubos têm e continuam a acontecer. O povo, o que não é novidade para ninguém, não tem a menor segurança. E uma das reclamações que me foram feitas é exatamente as condições em que se encontra a Delegacia local. As viaturas existentes deixam muito a desejar. Caso haja a necessidade de se perseguir um marginal não há condições em razão do estado, principalmente dos pneus. O armamento pesado fora retirado quando da remoção do Delegado Chalegre.

Aliás, por falar nesse Delegado, o povo até agora não entendeu o porquê de sua remoção. Comenta-se que fora em razão do mesmo não ter feito o jogo do banqueiro do bicho, Senhor Carlos Meisner. Rolândia é uma das cidades mais importantes do nosso Estado. Pelo seu povo, entendo que a mesma mereça uma atenção mais digna por parte das autoridades ligadas ao setor de Segurança Pública. Não é possível que uma cidade do porte de Rolândia possa ficar sem um Delegado de Carreira. Que a Delegacia de Polícia não tenha as mínimas condições para combater, com eficiência, a onda de violência e criminalidade que tem intranquilizado a sua população.

Aguardo que o Senhor Secretário da Segurança Pública adote as providências necessárias para restabelecer o clima de paz e tranquilidade que o povo rolandense merece.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício aos Ilustríssimos Senhores DR. MAURO SILVA REIS, Digníssimo Presidente do IBDF e GENERAL ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, Digníssimo Delegado Regional do mesmo Instituto, solicitando providências para conter incêndio no Parque Nacional Iguaçu, que há quinze dias vem ocorrendo.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

A grande área do Parque Nacional Iguaçu, com as geadas que caíram nos últimos dias, tornou aquela região muito seca, principalmente ao longo da rodovia BR-277, especialmente no trecho de Santa Tereza (Cascavel) até divisa dos Municípios de Céu Azul e Matelândia, e como não possui qualquer tipo de proteção junto àquela estrada, qualquer faísca chega a provocar grandes incêndios que se alastram rapidamente, fazendo com que em poucos minutos o fogo destrua quilômetros de vegetações secas.

Há aproximadamente quinze dias, vem ocorrendo incêndios naquela área, sem que até o momento providências tenham sido tomadas para apagar as chamas ou ainda para estabelecer medidas preventivas.

Quando da passagem deste Parlamentar, semanas atrás pela região, observando aquela ocorrência, procurou de todas as maneiras possíveis, conseguir ajuda para acabar com o fogo que vinha destruindo as margens do Parque Nacional Iguaçu.

Primeiramente recorreu a Santa Tereza, e procurou os guardas da polícia florestal, ocasião em que um deles estava regando uma horta e alegou não ter verbas para ir com seu corcel até o local do incêndio. O outro estava de licença por (06) seis meses.

Um dos policiais do Parque, residente em Céu Azul, encontrado na cidade em plena tarde, alegou não ter apóio das autoridades superiores. Todavia, teria solicitado ajuda e providências do IBDF em Foz, mas sem qualquer êxito, por isso nada pode fazer.

Revoltado com a situação, apelou para a polícia rodoviária federal, que dava cobertura à fiscalização da receita federal, nas proximidades do fogo, e através do rádio entrou em contato com Cascavel, pedindo a presença dos bombeiros, mas a pequena viatura não tinha condições de debelar as chamas e teria retornado à base.

Segundo informações do policial de Santa Tereza, o General Alcindo Gonçalves teria lhe informado que não era permitido uso de combustível em seu carro particular e se o usasse as despesas não seriam reembolsadas.

O que se pode notar é uma grande falta de responsabilidade, de espírito público, de boa vontade, enquanto se gastam

fortunas com medidas supérfluas.

O fato é que a reserva florestal do Parque Nacional Iguaçu, a exemplo de anos anteriores, vem sendo destruída pelo fogo que se alastra sem barreiras. Não seria exagero invocar que há descaso pois, não é só o fogo que vem avançando e destruindo de ano a ano as matas, mas a ação permanente de caçadores e exploradores que violentam a virgindade ecológica da reserva.

São tantas as denúncias feitas, que já se pode prever a voz do soldado-guardião ser repetida em escalões superiores, a não ser que os conceitos e ações estejam mudando, o que aliás se espera pacientemente.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, da síntese em anexo, extraída do trabalho elaborado pelo economista e pesquisador ALMIR NADOLNY ROCKEMBACH, denominado "FUNDAMENTOS PARA UM PROGRAMA ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO BRASIL".

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

Em sua tese, ROCKEMBACH apresenta um elenco de sugestões que visam dotar a administração institucional dos meios mais adequados de controle, com base no universo da computação eletrônica, a fim de que sejam eliminadas em todos os níveis, as distorções que comumente se processam nos programas de abrangência nacional.

Explora com ímpar racionalidade os benefícios do controle pela computação, principalmente no tocante ao cumprimento efetivo da política econômica estabelecida nos altos escalões. Evita a morosidade do "FEED BACK" no sistema atual, morosidade esta, que tem impedido a adequação de medidas corretivas em tempo hábil, quase sempre, dentro do sistema atual, ineficientes sob o ponto de vista de uma ação complementar de caráter nacional.

As medidas por ele sugeridas, dentre outros fatores, proporcionarão aos altos escalões uma visão panorâmica e cristalina da situação econômica a qualquer momento e o que é mais importante, com dados reais, frustrando desse modo a informação errada, a manipulação de dados ou cotações irreais de mercado que sempre visam atender interesses de pequenos grupos ou individualidades mesquinhas, que até aqui, tem impossibilitado a justa distribuição da renda, segundo os esforços e ações individuais de conformidade com a essência dos valores que norteiam a Democracia. Democracia que aliás, devemos defender e cultivar através de meios práticos e menos onerosos para toda Nação.

Nesse sentido, sem desmerecer o equacionamento de uma solução a partir da estruturação de um sindicalismo forte e que se oponha ao exercício do capitalismo selvagem, ROCKEMBACH demonstra atender os mesmos objetivos, sem que estes sejam conseguidos a um custo social muito elevado e sobretudo desnecessário. Assim sendo, não há porque seguirmos um caminho difícil, repleto de confrontos, quando pela antevisão desse pesquisador, fica demonstrada a possibilidade de adoção de um sistema empresarial mais justo que faculte a verdadeira livre iniciativa oportunidades idênticas isentas de privilégios.

Na ampliação do debate renascerá o consenso e, por assim dizer, não tenho dúvidas de que esta Tese venha a ser apoiada por todos nós. Espero também, seja posta em prática pelas autoridades governamentais, pois se de um lado representa benefícios imediatos diante da fase difícil que o País

atravessa, de outro, é a solução mais adequada para se fazer frente a tantas dificuldades da hora presente. Pesadas e analisadas, estas medidas encerram um conjunto de ações viáveis, a muito sonhadas para a redenção da economia brasileira. O autor, não visando anseios particulares, tratou a Nação como um todo numa das mais belas demonstrações de patriotismo, sincero e maduro, equilibrado e racional, tendo como objetivo um tratado sócio-econômico possível de ser executado, dotado de uma relação custo/benefício capaz de resistir a qualquer prova ou contestação.

Num dos diversos capítulos de sua Tese, pude observar a adoção de um programa original de correção dos desníveis salariais, que não implicando em prejuízos para a classe economicamente superior e diferente do atual, não pressiona as camadas da sociedade que mais sofrem com as reviravoltas da economia, nas mudanças e reformas que se verificam amiúde nesta política. A atualidade da Tese é tão real quanto as necessidades do povo brasileiro, considerando-se principalmente, metas como:

PRÓ-ÁLCOOL.

REFORMA TRIBUTÁRIA NACIONAL

AUMENTO NA OFERTA GLOBAL DE EMPREGOS.

EQUILÍBRIO NO BALANÇO DE PAGAMENTOS.

ELIMINAÇÃO DO ÔNUS INTERNO DA DÍVIDA EXTERNA.

FIM DO EMPOBRECIMENTO PRECOCE DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, etc.

Não se trata absolutamente de um programa de partido, nem atende interesses de quaisquer facções político-partidário. O seu conteúdo extrapolou estes limites e sem arranhar os preceitos democráticos, trata com grandiosidade da correção dos desníveis salariais, representando sob este aspecto uma proposição inédita, sem precedentes na história da economia como ciência.

Assim sendo, conclamo a todos os Parlamentares desta Casa, com isenção de ânimos e livres de quaisquer divergências de cunho particular, a analisar o elenco de sugestões contidas na Tese de Rockemback, visto que a classe política, a partir da alta representatividade que expressa, compõem-se em verdadeiros guardiães dos interesses nacionais, isto é, do conjunto de homens íntegros encarregados de materializar no tempo e no espaço as aspirações do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná vive uma reprise dos últimos dias de Pompéia. O governo feudalista do General Ney Aminthas de Barros Braga, vive o amargo sabor do final de festa. Há certos políticos que são marcados pelas cicatrizes implacáveis do destino. Um deles é Ney Braga. Como chefe de uma oligarquia que dura mais de 20 anos, o Governador está ciente de que o prazo vence. E aqueles que ontem formavam o grande cortejo dos neystas, hoje buscam novos caminhos. Ney Braga recebe hoje o troco, com juro e correção monetária, por ter sido, ao longo desses anos, um político anfíbio, sem determinismo nos momentos mais agudos do nosso agitado processo político. Em 1978, na sucessão do atual Presidente Figueiredo, ficou onde sempre esteve: nos altos muros da indecisão. No episódio do Rio-Centro, quando a opinião pública do Paraná esperava uma posição coerente, o Sr. Ney Braga optou pelo

silêncio comprometedor e quando instado a falar, preferiu a saída mais simplista, própria daqueles que formam a extensa fila dos bajuladores do regime. Depois de uma apagada passagem pelo Ministério da Educação, retornou ao Governo do Estado, onde vive hoje uma autêntica quarta-feira de cinzas. Está há dois anos e meio no Palácio Iguaçu e muita gente afirma que ele ainda não tomou posse. Ofuscado pela administração do Sr. Jayme Canet Júnior, que cortou o Paraná de estradas, resta ao Sr. Ney Braga inaugurar aeroportos e campos de pouso no interior, não com o intuito de governar para o povo, mas sim numa manobra eleitoreira para facilitar os pousos e decolagens dos aviões do governo na busca de votos em 1982.

Mas o prazo vence. Os familiares do Senhor Governador, que se embebedaram nos tonéis dos favorecimentos, transformando este Estado numa capitania hereditária, numa propriedade particular, na síndrome do neysmo desbragado, hoje vivem diante da bola de cristal, numa atmosfera premonitória, como que antevendo o fim do grande banquete. E a lista não é pequena: São primos, irmãos, genro, filhos e sobrinhos que se encastelaram nos principais setores da administração estadual e em empresas ligadas ao governo. E aí estão: Napoleão Braga, Caetano Braga, Antônio Braga, Luiz Henrique, João Braga, Guilherme Braga, Fayet, Antônio Cecy, Mário Braga Ramos (com vaga reservada no Tribunal de Contas). E os netos, sogros. É o braganá.

E para coroar o "grand finale" não poderia faltar o grande incêndio. O Paraná que no primeiro Governo do Sr. Ney Braga foi fustigado por grandes incêndios, que por sinal espalharam as labaredas da corrupção, hoje, desgraçadamente, enfrenta o mesmo problema. A seca prolongada está provocando grandes incêndios nos nossos cafezais, nas nossas pastagens e nas matas do Paraná. O Estado, que já foi um dos líderes da Nação, hoje está combalido, retaliado, órfão e ainda por cima a natureza se encarrega de aumentar a nossa desgraça. Pobre Paraná! Que Deus nos ajude a todos ...

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos enviando à consideração da mesa e deste Plenário, um requerimento que visa os seguintes destinatários: Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Eleitoral, pedindo que o Poder Judiciário envie uma Mensagem ao Executivo solicitando suplementação do orçamento correspondente a Justiça Eleitoral, com vistas a intensificação do colégio eleitoral paranaense.

A presente solicitação se prende ao fato de que, "no nosso Estado, o colégio eleitoral presente, tendo em vista também a última estatística" ...)

(Lê o requerimento).

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja cientificado o Tribunal de Justiça do Paraná e o Tribunal Regional Eleitoral, através de seus presidentes, no sentido que aquele Poder envie mensagem ao Executivo solicitando seja suplementado o orçamento correspondente a Justiça eleitoral com vistas a intensificação do colégio eleitoral paranaense.

A presente solicitação se prende ao fato de que o nosso Estado, o colégio eleitoral presente, e, tendo em vista, também, a última estatística levantada pelo IBGE, promoverá a diminui-

ção do número de cadeiras a que o Paraná tem direito no Congresso Nacional.

Isto em termos de poder reivindicatório seria lastimável para o Estado de maior produção agrícola do País.

Dados fornecidos pelo próprio Secretário das Finanças, em recente entrevista à imprensa paranaense, demonstram que o Paraná fornece US\$ um bilhão e seiscentos milhões de divisas líquidas à Nação para sua balança de pagamentos, importância esta provinda, quase que exclusivamente, da produção agrícola. O nosso Estado vem perdendo, gradativamente, o seu poder de reivindicação, face ao acanhamento das autoridades investidas. O único ponto clamante, ainda, pelo nosso Estado é a sua representação parlamentar que é a própria voz do Paraná no Congresso. Permitir a sua diminuição seria se autolimitar, permitindo que o Paraná aos poucos sofra uma fatal defasagem.

O movimento encetado pelo jornal "Gazeta do Povo", através seus editoriais baseados nas idéias encampadas pelo jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, é altamente louvável e demonstra a preocupação das lideranças expressivas paranaenses para esse problema. Em solicitando a suplementação do orçamento da Justiça com o fim específico de carrear recursos para a intensificação de nosso eleitorado, temos certeza de estarmos dinamizando a idéia apregoada por aquele conceituado jornalista e de resto, fazendo coro às manifestações da classe política paranaense de todos os segmentos partidários.

A Justiça paranaense ao viabilizar, através de nossa proposta, a potencialidade sócio-política paranaense, estará se enganando harmonicamente neste processo que deve ser de todos nós. Adotada esta medida, o Paraná estará falando por todos os seus poderes constituídos, através de uma única voz voltada para o seu interesse, restabelecendo assim a nossa força de influência junto às autoridades federais.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

Um segundo requerimento, no sentido de que as autoridades relativas ao IBDF instrumentalizem-se, para evitar os grandes incêndios que têm ocorrido nas margens da BR-277, adentrando o Parque Nacional Iguaçu. No longo dos anos que temos servido a este Parlamento, temos tido a nossa voz sufocada sempre que reclamamos às autoridades fiscalizadoras e preservadoras daquele Parque, e, em todos os anos acontece a mesma coisa - o descaso, a falta de autoridade, a falta de elementos, a falta de instrumentos de defesa do Parque Nacional. É a única floresta, a única preservação de reserva que temos até hoje, no Paraná, e, praticamente no Sul do País, e está entregue, Sr. Presidente, às chamadas que adentram o Parque, ceifando as reservas principalmente das margens da BR-277.

O requerimento é no sentido de que o IBDF deixe de ficar fiscalizando pequenas serrarias que apenas estão aproveitando o desmate acontecido no Oeste do Paraná, e, preserve a floresta principal que é o Parque Nacional Iguaçu, evite a ação predatória de caçadores e de tantas outras invasões que têm acontecido no Parque Nacional Iguaçu.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta às Lideranças do PTB, PP e PDS, e declinam do uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados;

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 31/81, (Mens. Govern. n.º 35/81), que aprova o termo de convênio SELP/06, celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a interveniência da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social com o Município de Adrianópolis, objetivando a reforma e ampliação do prédio do Posto de Saúde da sede do referido município. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 32/81, (Mens. Govern. n.º 36/81), que aprova os termos de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, com os municípios especificados, objetivando a construção de micro-sistemas de abastecimento de água. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 32/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 34/81, (Mens. Govern. n.º 38/81), que aprova os termos de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e Empresa de Obras Públicas do Paraná-EMOPAR, com os municípios especificados, objetivando a construção de Mini-Postos de Saúde. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33/81, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ao Projeto de Lei n.º 30/80, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, do Município de Capitão Leônidas Marques, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Boa Vista da Aparecida. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 30/80 PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33/81

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante especificada, pertencente ao Município de Capitão Leônidas Marques, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Boa Vista da Aparecida.

—“ Ao norte, preservando-se a atual divisa com o Município de Cascavel, limita-se com este por uma linha seca que parte do Rio Andradá, no sentido oeste-leste até alcançar o Rio Tormenta; a leste, tendo como divisa o Rio Tormenta, no sentido norte-sul até a foz deste no Rio Iguaçu, limita-se com o Município de Catanduvas e o Município de Três Barras do Paraná; ao sul, tendo por divisa o Rio Iguaçu, a partir da foz do Rio Tormenta até a foz de Sanga Luciano, limitando-se com o Município de Nova Prata, seguindo rumo norte tendo por divisa a Sanga Luciano, desde sua foz no Rio Iguaçu até encontrar a linha divisória com o lote 158 D, seguindo em direção norte nas divisas dos lotes 101 e 103, 860, 864, 867, 798 e daí em linha seca pelas divisas constante da planta do imóvel Andradá, do Município de Capitão Leônidas Marques até atingir o Rio Andradá nas divisas entre os

lotes 705 e 667, ponto de partida, fechando o perímetro”.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 30/80

O presente projeto de lei tem por finalidade criar o Município de Boa Vista da Aparecida, com território desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Analisando-se a matéria sob o aspecto legal e constitucional temos que o processo vem instruído com a documentação prevista na Legislação Federal em vigor - Lei Complementar n.º 1/67.

É de ressaltar o cuidado com que o legislador instruiu a presente proposição, demonstrando as características que dão conta da viabilidade da emancipação ora pleiteada. Econômica, política, social e culturalmente a comunidade de Boa Vista da Aparecida vem apresentando um desenvolvimento marcante, surgindo com isso o anseio da sua transformação em município para que o seu crescimento não venha sofrer qualquer solução de continuidade.

Tendo em vista os seguidos contatos mantidos com as lideranças municipais e dos moradores do Distrito de Alto Alegre do Iguaçu, estes manifestaram a sua vontade em permanecer pertencendo ao Município de Capitão Leônidas Marques. Assim sendo, querendo respeitar a vontade daquela laboriosa população apresentamos novas divisas para a criação do Município de Boa Vista da Aparecida, no projeto de resolução autorizatório à consulta plebiscitária, com que concorda a própria população de Boa Vista da Aparecida, conforme manifestação expressa em anexo.

Pessoalmente conheço o Distrito de Aparecida, sua gente e seu progresso. Tenho a honra em representá-lo, ao lado do autor deste, nesta Casa. Posso assegurar que o município que se propõe criar reúne todas as condições, sem tirar a possibilidade de sobrevivência de Capitão Leônidas Marques.

Com isso o nosso parecer preliminar à matéria, é no sentido de que seja ascultada a população local através de plebiscito, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos, e após o seu resultado a proposição deverá retornar a esta Comissão para serem analisados os seus demais aspectos legais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade em COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ex-Proposição n.º 37/81, (Mens. Govern. n.º 40/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão que especifica, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e co-participação em estudos que visam a “Análise da Potencialidade da Navegação Interior nos Afluentes do Rio Paraná”, com influência no Estado do Paraná.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Semira Rüppel Bittencourt.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE, à ITAIPU BINACIONAL, Furnas - Centrais Elétricas S/A e ELETROBRÁS - **Aprovado.**

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

5 Srs. Deputados o aprovam; 4 Srs. Deputados o rejeitam. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/81.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 30, 31, 32, 33 e 34/81.

Levanta-se a sessão.